

Avaliação Ambiental Estratégica do PP do Parque Termal do Cró

Volume I - Resumo Não Técnico

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PP DO PARQUE TERMAL DO CRÓ

Proponente	Câmara Municipal do Sabugal
Equipa Técnica	Cotefis, Gestão de Projectos, S.A,
Fase	Fase 2 – Relatório Ambiental (revisão após discussão pública)
Relatório	Volume I – Relatório Ambiental – Resumo Não Técnico
Versão do Documento	20161125_AAEPPTC_RNT_DP.docx
Data	Novembro de 2016

FICHA TÉCNICA:

**EMPRESA
CONTRATADA:**

COTEFIS, GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.

Rua Professor Mota Pinto, 42 F, 2.09, 4100-353 Porto

EQUIPA TÉCNICA:

Vilma Silva

Coordenadora Geral da Equipa Técnica (Urbanista)

Andreia Quintas

Planeamento Ambiental e Recursos Naturais (Arquiteta Paisagista)

Carla Gonçalves

Planeamento Regional e Urbano (Arquiteta Paisagista)

Diana Amaral

Estagiária em Arquitetura Paisagista

Índice

I. Introdução	1
II. Breve descrição do Plano	4
III. Metodologia	12
IV. Caracterização da situação atual e tendências de evolução	15
V. Avaliação global.....	22
VI. Quadro de governança para a ação	25
VI. Recomendações.....	27
VII. Principais conclusões	30

Índice de Figuras

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO PARQUE TERMAL DO CRÓ	4
---	---

Índice de Quadros

QUADRO 1: OBJETIVOS PROGRAMÁTICOS E ESTRATÉGICOS DO PPPTC.....	5
QUADRO 2: QUADRO RESUMO DE ÁREAS.....	10
QUADRO 3: CONSTRUÇÕES NOVAS E A RECUPERAR: EDIFICABILIDADE.....	10
QUADRO 4: CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES DE AVALIAÇÃO PARA OS FCD.....	12
QUADRO 5: QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A AÇÃO.....	25

Siglas

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
DA	Declaração Ambiental
EN	Estrada Nacional
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ETA	Estação de Tratamento de Água
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
OE	Objetivos específicos
OP	Objetivos programáticos
PDMS	Plano de Diretor Municipal do Sabugal
PEIBSE	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
PENSAAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
PENT	Plano Estratégico Nacional para o Turismo
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos
PES	Plano Estratégico do Sabugal
PGRHD	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro
PMDFCI-S	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Sabugal
PMEPC	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Sabugal
PNAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAER	Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PP	Plano de Pormenor
PPPTC	Plano de Pormenor do Parque Termal do Cró
PROF-BIN	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte
PROT-C	Plano Regional de Ordenamento do Território Centro
PSRN 2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RN2000	Rede Natura 2000
SIC	Sítio de Importância Comunitária

I. Introdução

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico** que acompanha o Relatório Ambiental pertencente ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Pormenor do Parque Termal do Cró (PPPTC), promovido pela Câmara Municipal do Sabugal.

O PPPTC possui uma área de 42,13 hectares, localizando-se a cerca de 15 km do centro do Sabugal, entre as freguesias da Rapoula do Côa e da União de freguesias do Seixo do Côa e Vale Longo. Este plano visa a criação de uma nova centralidade turística, que compreenda um espaço de lazer e bem-estar, associado à saúde física e psíquica, destinada a um público diversificado, com ênfase no conceito de família. Possui os seguintes objetivos programáticos:

a) Promover a revitalização do espaço a intervir com qualidade, potenciando os recursos culturais, paisagísticos e ambientais;

b) Acentuar a intervenção municipal na definição da forma e da imagem do ambiente urbano, no que respeita à localização e ao mais adequado dimensionamento de espaços públicos e de áreas de interesse coletivo;

c) Estabelecer a adequada articulação da proposta com a estrutura edificatória existente – o Balneário Termal e o Hotel Rural;

d) Preservar a memória do sítio (testemunhos do antigo núcleo termal);

e) Oferecer condições ao estabelecimento do investimento privado ligadas ao desenvolvimento da atividade turística;

f) Diminuir a sazonalidade da procura, diversificando a oferta e aumentando a captação de públicos diferenciados, pela articulação e complementaridade de estruturas e espaços multifuncionais que contemplem os aspetos lúdicos;

g) Criação de espaços de lazer de motivações culturais (como salas de espetáculos ao ar livre onde será possível ver concertos ao ar livre, cinema, palestras) e desportivas;

h) Programar a criação de rotas temáticas de modo a potenciar o desenvolvimento do *Touring* Cultural e Paisagístico, que deverá contar com o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e natural;

i) Aproveitar os recursos locais, assim como, promover a melhoria da mobilidade, sem comprometer o equilíbrio dos ecossistemas e fomentando o uso das energias renováveis; e

j) Respeitar a biodiversidade, procurando minimizar o impacto da intervenção na paisagem natural em que se insere, no sentido do respeito pela especificidade, identidade e imagem do local como um fator de diferenciação e qualificação.

A realização desta AAE enquadra-se nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro (replicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT) e do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio), que define o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A metodologia adotada para realização desta AAE contempla as quatro fases seguintes, integrando-se este documento na Fase 2:

Fase 1 – Definição do Âmbito;

Fase 2 – Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico;

Fase 3 – Declaração Ambiental; e

Fase 4 – Execução e Monitorização do Plano.

Após a fase 1, a Proposta de Definição do Âmbito do Relatório Ambiental foi enviada, pela Câmara Municipal do Sabugal, às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERA), as quais emitiram pareceres que foram integrados no Relatório Ambiental. As ERA consultadas foram:

- Agência Portuguesa do Ambiente/ARH do Norte;
- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR);
- Administração Regional de Saúde do Centro – Unidade Local de Saúde da Guarda;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); e
- Direção Geral de Energia e Geologia.

No âmbito da AAE, foram selecionados Fatores Críticos de Decisão (FCD) como resultado da articulação das Questões Estratégicas (QE), do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e dos Fatores Ambientais (FA) estipulados pela legislação em vigor (a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, arquitetónico e arqueológico e a paisagem).

Neste sentido, foram considerados os seguintes FCD:

FCD1: Desenvolvimento Turístico;

FCD2: Biodiversidade e Paisagem;

FCD3: Recursos Hídricos; e

FCD4: Riscos.

II. Breve descrição do Plano

A área de intervenção do PPPTC localiza-se nas freguesias da Rapoula do Côa e União de freguesias do Seixo do Côa e Vale Longo, pertencendo ao concelho do Sabugal e distrito da Guarda. Possui uma área de 42,13 hectares, abrangendo as duas margens da ribeira do Boi, encontrando-se atravessada pela Estrada Regional 324 (ER324).

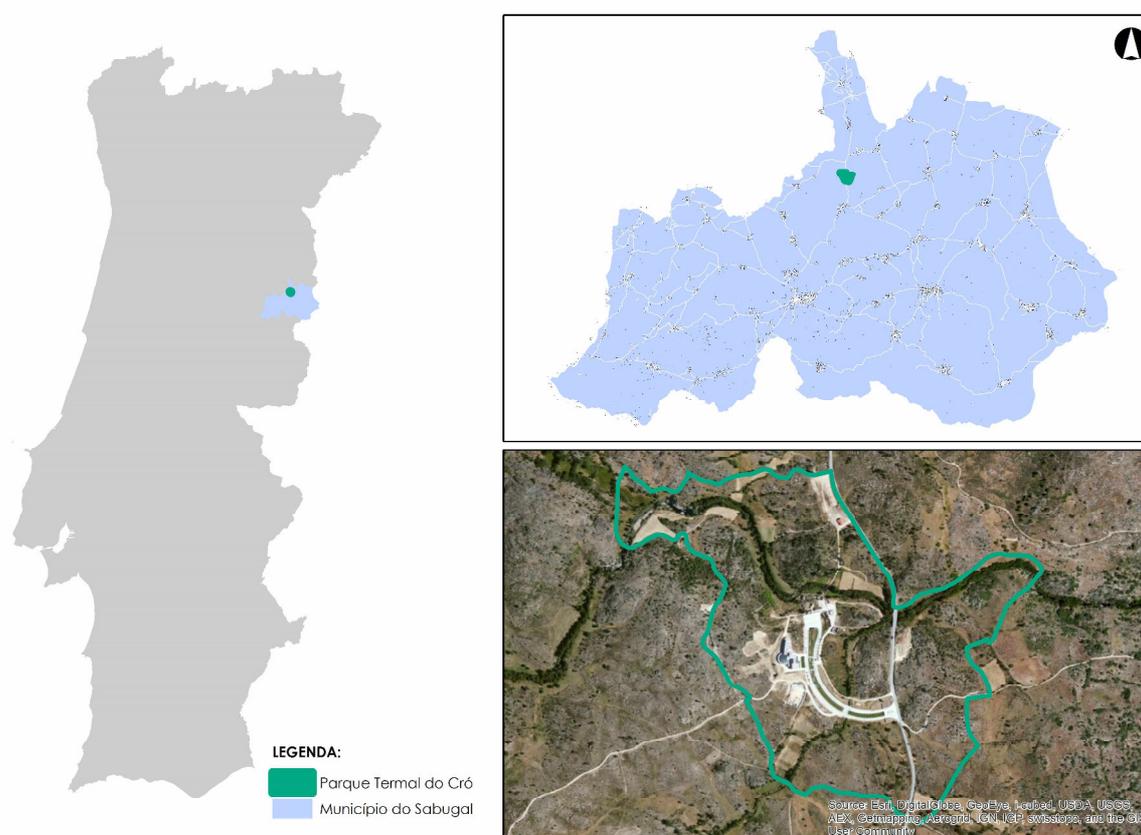


Figura 1: Localização do Parque Termal do Cró

Fonte: Cotefis, Gestão de Projectos, S.A., 2015

Constitui uma área constituída por áreas agrícolas, florestais e naturais, em articulação com um rico património cultural associado à longa história das termas do Cró. Esta área detém também importantes valores a nível de biodiversidade, encontrando-se totalmente integrada no Sítio de Importância Comunitário (SIC) “Malcata” da Rede Natura 2000.

Esta área integra a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 5 “PP para as Termas do Cró”, prevista no Plano Diretor Municipal do Sabugal (PDMS) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/94 de 9 de novembro, alterado através do Aviso n.º 1138/2011 de 11 de janeiro e do Aviso n.º 9600/2013 de 25 de julho).

Possui os seguintes objetivos programáticos e específicos, que se encontram elencados no Quadro 1.

Quadro 1: Objetivos programáticos e estratégicos do PPPTC

Fonte: Cotefis, Gestão de Projectos, S.A., 2015

Objetivos programáticos	Objetivos específicos
OP1: Promover a revitalização do espaço a intervir com qualidade, potenciando os recursos culturais, paisagísticos e ambientais	OE1: Reabilitar/reconverter as construções pré-existentes em ruínas
	OE2: Potenciar áreas de passeio e zonas de estar, privilegiadamente ao longo da ribeira do Boi e do ribeiro do Bezerrinho
	OE3: Requalificar o espaço exterior à Capela da N. Sr.ª dos Milagres
	OE4: Preservar e valorizar os valores ambientais autóctones
OP2: Acentuar a intervenção municipal na definição da forma e da imagem do ambiente urbano, no que respeita à localização e ao mais adequado dimensionamento de espaços públicos e de áreas de interesse coletivo	OE5: Dinamização de um parque ambiental temático, aberto à população local e outros visitantes, tirando partido da exploração dos 5 sentidos sensoriais, englobando toda a área do plano – Parque dos Sentidos
	OE6: Organização espacial e funcional do local de acordo com as especificidades da paisagem, da biodiversidade e das condicionantes ao uso do solo existentes
	OE7: Reforço da capacidade de estacionamento automóvel
OP3: Estabelecer a adequada articulação da proposta com a estrutura edificatória existente – o Balneário Termal e o Hotel Rural	OE8: Extensão das funções praticadas no Balneário Termal e no Hotel Rural às construções pré-existentes (em ruínas) a reabilitar
	OE9: Diversificação das atividades de lazer complementares às funções existentes
	OE10: Integração visual na envolvente próxima das novas construções a erigir (de carácter fixo e/ou amovível)
OP4: Preservar a memória do sítio (testemunhos do antigo núcleo termal)	OE11: Recriação das atividades originárias no programa funcional das construções a reabilitar e dos respetivos espaços exteriores associados,

	dotando estes últimos das condições mais desejáveis para a realização de atividades lúdico-culturais e de interação social
	OE12: Requalificação das noras e outros artefactos locais existentes
OP5: Oferecer condições ao estabelecimento do investimento privado ligadas ao desenvolvimento da atividade turística	OE13: Aumento da atual oferta hoteleira, através da extensão do Hotel Rural
	OE14: Criação de áreas de comércio de artigos regionais
	OE15: Aproveitamento do edifício do Antigo Balneário como espaço turístico, com um programa específico, a designar
	OE16: Geração de condições para a criação de novos postos de trabalho
OP6: Diminuir a sazonalidade da procura, diversificando a oferta e aumentando a captação de públicos diferenciados, pela articulação e complementaridade de estruturas e espaços multifuncionais que contemplem os aspetos lúdicos (em contraposição aos preventivos e curativos)	OE17: Ampliação do Hotel Rural, com recurso a bungalows e a ocorrer em 2 fases autónomas, proporcionando uma oferta distinta ao nível de estadia, onde a relação com a natureza é enfatizada
	OE18: Implementação de uma Casa do Repouso, associada ao Instituto de São Miguel, com uma vertente de cuidados continuados leves e/ou de apoio a grupos específicos relacionados com a problemática das pessoas com deficiência
	OE19: Programa de animação e exploração do Parque dos Sentidos, numa lógica de utilização familiar
	OE20: Criação de um parque de campismo e caravanismo de qualidade, em perfeita harmonia com a natureza envolvente, que articula zonas exclusivas para tendas com espaço destinado a caravanas e autocaravanas, garantindo uma oferta de alojamento no Parque Termal do Cró verdadeiramente diversificada. O espaço destinado a caravanas e autocaravanas permitirá ainda complementar a rede de locais destinados exclusivamente a autocaravanistas já existente na região
OP7: Criação de espaços de lazer de motivações culturais (como salas de espetáculos ao ar livre	OE21: Criação de anfiteatro integrado no Parque dos Sentidos
	OE22: Qualificação do espaço público

onde será possível ver concertos ao ar livre, cinema, palestras) e desportivas	OE23: Criação de espaço museológico do Cró em construção pré-existente
	OE24: Instalação de uma área de área de piquenique
	OE25: Delimitação e qualificação de uma área de uso balnear/praias fluvial, na zona Poente da ribeira do Boi
	OE26: Incremento de atividades desportivas diversas (BTT, escalada, caminhada, etc.)
OP8: Programar a criação de rotas temáticas de modo a potenciar o desenvolvimento do <i>Touring Cultural e Paisagístico</i> , que deverá contar com o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e natural	OE27: Reforço das rotas temáticas pedestres e de BTT já existentes na região
	OE28: Criação de rotas temáticas em função dos valores paisagísticos e culturais existentes, como a biodiversidade e a herança da utilização termal
	OE29: Instalação de espaços de divulgação de informação turística
OP9: Aproveitar os recursos locais, assim como, promover a melhoria da mobilidade, sem comprometer o equilíbrio dos ecossistemas e fomentando o uso das energias renováveis	OE30: Criação de uma rede de percursos pedonais ao longo de toda a área de intervenção, minimizando o impacto ambiental, tirando o máximo partido dos trilhos e percursos pré-existent
	OE31: Utilização de soluções energéticas sustentáveis para a iluminação pública (energia solar)
OP10: Respeitar a biodiversidade, procurando minimizar o impacto da intervenção na paisagem natural em que se insere, no sentido do respeito pela especificidade, identidade e imagem do local como um fator de diferenciação e qualificação	OE32: Conservação, valorização e sensibilização dos fatores de diferenciação do Parque Termal do Cró, no respeito integral dos habitats existentes
	OE33: Função pedagógica do Parque dos Sentidos
	OE34: Utilização de materiais sustentáveis nas novas construção propostas e na reabilitação das existentes
	OE35: Atravessamento dos cursos de água nas zonas de menos impacto e com recurso a estruturas de madeira
	OE36: Assegurar a maior permeabilidade nos percursos, bem como nas áreas de novas construções

Segundo o Plano Diretor Municipal do sabugal, esta área encontra-se sujeita às seguintes condicionantes:

- a) Recursos hídricos (compreendendo o Leito e margens das águas não navegáveis nem fluviáveis, com uma largura de 10m e as Zonas ameaçadas pelas cheias);
- b) Reserva Agrícola Nacional;
- c) Reserva Ecológica Nacional;
- d) Rede Natura 2000 – Sítio de importância Comunitária (Malcata);
- e) Perigosidade de risco de incêndio florestal (Alta e Muito alta);
- f) Recursos geológicos (compreendendo o Furo ACP2 e zona de proteção imediata, com um raio de 20m, a Zona de proteção intermédia e a Zona de proteção alargada);
- g) Rede elétrica aérea de média tensão; e
- h) Rede Rodoviária – Limite da zona de servidão *non aedificandi* da ER 324.

A proposta para o PPPTC visa a criação de uma nova centralidade turística, que compreenda um espaço de lazer e bem-estar, associado à saúde física e psíquica, destinada a um público diversificado, com ênfase no conceito de família.

Tirando partido da história e identidade do local, do seu património natural e cultural, assim como a longa história associada ao termalismo, as propostas efetuadas visam a promoção deste carácter, estabelecendo um conjunto diversificado de usos e atividades que se traduzem num conjunto de experiências sensoriais que se distribuem por todo o espaço.

A principal intervenção proposta consiste na criação de um parque (Parque dos Sentidos), onde os utilizadores serão convidados a experienciar os cinco sentidos sensoriais (visão, olfato, audição, paladar e tato), representados em distintas zonas do parque, interligadas por uma rede de percursos pedonais. A intervenção visa também a conservação e valorização da paisagem e a proteção dos habitats e espécies de flora e fauna protegidas existentes.

A proposta consta dos seguintes espaços (existentes e propostos): (a) área de acolhimento / receção (proposto a partir das edificações existentes); (b) balneário termal (existente); (c) hotel rural (existente + reforço da capacidade); (d) parque de campismo e caravanismo (proposto); (e) casa do repouso (proposto a partir de edificação existente); (f) espaço religioso e de romaria (existente + requalificação); (g) área de piquenique (proposta); (h) Jardim dos Aromas (proposto); e praia fluvial (qualificação).

Cada uma das zonas do parque, dedicadas aos vários sentidos sensoriais, terá um programa de atividades, assim como a instalação de equipamentos e/ou infraestruturas de apoio. Na zona dedicada à visão, é proposta a construção de um miradouro e um anfiteatro naturalizado, assim como condições propícias à realização de atividades de recreio informal. Na zona dedicada ao olfato, é proposta a instalação de uma zona de produção de plantas aromáticas, medicinais, de uso culinário e frutícolas (Jardim dos Aromas), onde irão decorrer *workshops* e venda de produtos. Na zona dedicada à audição, é proposta a instalação de equipamentos e estruturas relacionadas com o som. Na zona dedicada ao paladar, é proposta a criação de uma zona de piqueniques. Na zona dedicada ao tato, é proposta a criação de uma praia fluvial, a instalação de infraestruturas lúdicas, assim como um percurso ribeirinho associado a este sentido.

A proposta apresentada pretende também intervenções a nível dos elementos edificados presentes, visando em particular aqueles que se encontram atualmente em ruínas. Deste modo, é proposta a criação dos seguintes edifícios: Pátio dos Sentidos, Centro de Receção, Casa do Piquenique, Centro de Interpretação Ambiental, *Atelier* do Cró, Sanitários Públicos, Casa das Termas, Casa de Repouso, Casa do Médico, Casa do Devoto, e Área de Serviço para Caravanas e Autocaravanas.

É também proposta a instalação de uma extensão do hotel (constituída por uma zona de bungalows) e um parque de campismo e caravanismo. A proposta pressupõe também a extensão da rede de distribuição de água, assim como da rede de drenagem de águas residuais, e a ligação da rede de gás. Na elaboração da proposta, foram tidas em conta orientações que visam a proteção ambiental e paisagística, assim como a preservação e qualificação dos elementos patrimoniais.

Estão previstos espaços verdes para a subcategoria Equipamentos (espaços verdes de carácter de uso público que visam a valorização urbanística do espaço público e dos edifícios envolventes) e subcategoria Áreas de Recreio e Lazer (espaços verdes de carácter de uso público que visam a salvaguarda dos valores naturais). É também proposta arborização para o estacionamento.

A proposta contempla também a dotação de estacionamento afeta aos diferentes equipamentos propostos, nomeadamente: 1 lugar por unidade de alojamento para o Hotel Rural; 1 lugar por unidade de alojamento para o Parque de Campismo e Caravanismo; e 1 lugar por cada 200m² de área de construção afeta à Casa do Repouso. A estes acresce também o estacionamento existente no arruamento central e no parque de estacionamento previsto no topo norte da área do PPPTC.

Nos Quadros 2 e 3 são apresentados as áreas e capacidade propostas pelo PPPTC.

Quadro 2: Quadro resumo de áreas

Fonte: Cotefis, Gestão de Projectos, S.A., 2015

Área de intervenção	Valores globais
Área de intervenção do PPPTC	421.300 m ²
Área total de construção proposta ¹	12.869,36 m ²
Área total de implantação proposta ¹	6.159,12 m ²
Índice de construção ¹	0,03
Número de camas proposto	110 unidades
Densidade (n.º de camas por hectare)	2,61 camas/ha

Quadro 3: Construções novas e a recuperar: edificabilidade

Fonte: Cotefis, Gestão de Projectos, S.A., 2015

Unidades	Área da Unidade (m ²)	Usos	Unidades	N.º Pisos	Cércea (m)	Área de Implantação (m ²)	Área de Construção (m ²)	Estacionamento ²
U0	3575,51	Balneário Termal ³	1	3	12	1745,00	4635,00	-
		Ligação ao Hotel Rural	1	1	4	24,00	24,00	
U1	20561,64	Hotel Rural ³	1	4 (+ 1 piso abaixo da cota de soleira)	18	642,50	2177,80	55
		Extensão do Hotel Rural – fase 1 (Bungalows)	25	1	5	602,50	802,50	
		Extensão do Hotel Rural – fase2 (Bungalows)	25	1	5	602,50	802,50	
U2	9256,20	Parque de Campismo e Caravanismo	1	-	-	300,00	300,00	56
U3	169,20	Pátio dos Sentidos ⁴	1	1	3	169,20	169,20	-
U4	185,80	Centro de Recepção ⁵	1	1	4	185,80	185,80	-
U5	76,10	Casa do Piquenique ⁵	1	1	3	76,10	76,10	-
U6	115,80	Centro de Interpretação Ambiental ⁵	1	2	8	115,80	231,60	-
U7	168,60	Atelier do Cró ⁵	1	2	8	168,60	337,20	-
U8	92,90	Sanitários Públicos ⁵	1	1	4	92,90	92,90	-
U9	881,00	Casa das Termas ⁵	1	2	8	419,52	1258,56	-
U10	2469,35	Casa do Repouso ⁵	1	2	8	571,70	1102,6 ⁵	6
U11	126,90	Apoio à Casa do Repouso ⁵	1	2	8	126,90	253,80	-

¹ Área incluindo as edificações já existentes e as a reabilitar.

² os lugares de estacionamento privado afetos aos equipamentos situam-se no arruamento central e no parque de estacionamento previsto no topo norte da área do plano, com exceção dos 6 lugares integrados na U10

³ corresponde à edificação existente

⁴ edificação existente a reabilitar

⁵ 726,86 m² referem-se à área de construção existente a reabilitar (à qual foi descontada uma demolição de 24,7m² da área de construção inicial) e 375,2 m² à ampliação da mesma

Unidades	Área da Unidade (m ²)	Usos	Unidades	N.º Pisos	Cércea (m)	Área de Implantação (m ²)	Área de Construção (m ²)	Estacionamento ²
U12	745,70	Casa do Médico ⁵	1	1	3	82,50	82,50	-
U13	2156,30	Apoio à Casa do Repouso ⁵	1	1	3	42,10	42,10	-
U14	191,50	Casa do Devoto ⁵	1	2	8	191,50	295,20	-
TOTAL	38755,76	-	-	-	-	6159,12	12869,36	117

III. Metodologia

Para cada um dos FCD identificados foram definidos objetivos ambientais (Critérios de sustentabilidade) (que derivam diretamente do QRE e dos FA), estando cada um associado a um ou vários indicadores de sustentabilidade.

Quadro 4: Critérios de sustentabilidade e indicadores de avaliação para os FCD

Fonte: Cotefis, Gestão de Projectos, S.A., 2015

Fator Crítico de Decisão	Critérios de Sustentabilidade	Indicadores de avaliação
1. Desenvolvimento Turístico	Estamos a promover a criação de emprego?	Empregos criados (número) Empregos criados por qualificação académica (número)
	Estamos a promover a diversificação e valorização de atividades económicas?	Oferta de Alojamento (N.º de Camas) Ocupação Hoteleira (%) Volume de Negócios (€/ano) Clientes por nacionalidade (número) Preço médio por cliente (€/ano) Turistas (número/ano) Tipo de alojamento (número/tipologia) Atividades económicas (número)
	Estamos a promover um turismo de qualidade?	Satisfação dos clientes (%)
	Estamos a assegurar a articulação e a integração do parque termal no território envolvente?	Atividades de lazer para usufruto da população local (número)
		Percursos pedestres criados (metros)
		Rotas temáticas (número)
	Estamos a privilegiar a utilização de energias renováveis e a eficiência energética dos edifícios?	Medidas previstas para melhorar a eficiência energética das construções a recuperar/a construir (número)
Medidas previstas que privilegiem a utilização de energias renováveis (número)		
2. Biodiversidade e Paisagem	Estamos a assegurar a proteção e a qualificação	Valores naturais presentes (número e percentagem)
		Uso do solo (%)

Fator Crítico de Decisão	Critérios de Sustentabilidade	Indicadores de avaliação
	dos valores naturais existentes?	Habitats e espécies de flora e fauna da RN2000 afetados / preservados (número)
		Índices de construção propostos (número)
		Área de REN (ha)
		Área de RAN (ha)
	Estamos a assegurar a proteção e a qualificação da paisagem?	Medidas de integração paisagística (número)
	Estamos a promover a articulação do parque termal com as áreas protegidas existentes na envolvente?	Ligações ecológicas com a envolvente (número e tipologias)
	Estamos a assegurar a integração paisagística das edificações?	Cércea (altura)
		Materiais utilizados (tipo)
	Estamos a privilegiar a recuperação do edificado existente em detrimento de novas construções?	Reabilitação/ recuperação de edifícios (número/ tipologia de uso)
		Novas construções (número/ tipologia de uso)
Área de implantação do(s) edifício(s) (hectares)		
Percentagem da área de intervenção afeta à construção		
3. Recursos Hídricos	Estamos a assegurar a proteção e a valorização dos recursos hídricos e geotermais?	Qualidade da água geotermal
Redes de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais (metros)		
4. Riscos	Estamos a assegurar a compatibilização dos usos propostos com o risco de incêndio, assegurando a proteção das pessoas e bens?	Áreas percorridas por incêndios (hectares)
Áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado (hectares)		
	Estamos a assegurar a compatibilização dos usos propostos com o risco de cheia, assegurando a proteção das pessoas e bens?	Área de Reserva Ecológica Municipal (hectares)
		Áreas ameaçadas por cheias integradas na Estrutura Ecológica Municipal
		Número de efetivos (pessoas) em zona ameaçada pelas cheias
		Área impermeabilizada em zonas com risco de cheia (hectares)

Fator Crítico de Decisão	Critérios de Sustentabilidade	Indicadores de avaliação
	Estamos a assegurar a segurança e saúde das pessoas?	Nível de ruído (Lden e Ln)

Estes indicadores foram analisados, no que se refere a:

- evolução da situação atual na ausência do plano, respetivos riscos e oportunidades; assim como

- efeitos significativos , riscos e oportunidades e definição de medidas específicas.

Deste modo, foram considerados dois cenários de análise: 0 (na ausência do PPPTC) e 1 (com a aprovação e implementação do PPPTC). A análise dos cenários conduziu a um balanço das oportunidades e riscos inerentes a cada um dos cenários, para os respetivos FCD. Com base neste balanço, formularam-se recomendações e medidas de planeamento e gestão, assim como um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável.

IV. Caracterização da situação atual e tendências de evolução

No âmbito do **FCD 1 Desenvolvimento turístico** salientam-se os seguintes aspetos relativos à situação atual:

- Existem empregos relacionados com serviços do balneário termal, assim como o Hotel Termal do Cró, aberto recentemente, estima-se um total de 49 empregos diretos.

- No caso do balneário termal, os empregos distinguem-se em seis áreas de qualificação. A recente abertura do Hotel Termal do Cró permitiu a criação de outros postos de trabalho, associados com a atividade da restauração.

- Existe uma oferta em alojamento de 60 camas, através da inauguração recente do Hotel Termal do Cró. No concelho do Sabugal, existem outras alternativas de alojamento, embora se localizem a uma distância considerável da área de intervenção. Porém, considera-se que o número de camas atualmente existentes não deverá ser suficiente para responder à procura.

- Até à abertura do Hotel Rural do Cró, na área do PPPTC, a ocupação hoteleira era de 0%. Com a inauguração do hotel, este número aumenta, não havendo, ainda, dados relativos à sua ocupação.

- O volume de negócios no PPPTC foi, em 2011, de 272.277,30€ para o termalismo clássico e 46.075,50€ para o termalismo de bem-estar.

- Para 2011, o número de clientes por nacionalidade foi o seguinte: Clientes portugueses: 8.389; Clientes estrangeiros: 2.517. O concelho do Sabugal tem sido visitado por turistas de várias nacionalidades, com destaque para os de origem francesa.

- O preço médio por cliente que se verificou no balneário termal, em 2011, distingue-se nos dois tipos de termalismo: Termalismo Clássico: 247,30€; e Termalismo de Bem-Estar: 5,49€.

- No concelho do Sabugal, para 2013, existem registos de turistas oriundos de: Portugal (5.866 visitantes), Espanha (1.322 visitantes), França (1.217 visitantes), Grã-Bretanha (185 visitantes) e Brasil (181 visitantes). Na área do PPPTC, em 2011, registaram-se 2.517 turistas estrangeiros e, embora haja evidências que a maioria era de origem francesa, não existem dados sobre o número de turistas por nacionalidade.

- O único alojamento existente é um estabelecimento hoteleiro – hotel.

- Atualmente, nesta área, as atividades económicas estão associadas a três sectores: Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; Alojamento e restauração (restaurantes e similares); e Outros serviços (inclui cabeleireiros, institutos de beleza, termalismo, etc.).

- As atividades para usufruto da população atualmente existentes relacionam-se principalmente com o balneário termal, embora seja possível o passeio pelas rotas que atravessam esta área.

- Existem atualmente na área de intervenção 2.534 metros de percursos pedonais.

- A área do PPPTC é atravessada por duas rotas temáticas: Grande Rota do vale do Côa e PR8 – Termas do Cró.

- O Hotel Rural do Cró foi construído por forma a alcançar uma baixa amplitude térmica, contemplando também a utilização de sistemas de poupança, tratamento e recuperação de águas residuais, reciclagem de lixos e proteção de espécies.

- Na área do PPPTC, existem as seguintes medidas de utilização de energias renováveis: painéis solares para produção de energia elétrica (Balneário Termal), assim como a utilização de geotermia (Hotel Rural do Cró).

Foram também identificados os efeitos significativos resultantes da implementação do PPPTC, relacionando-os com os objetivos ambientais já referidos, e avaliados as oportunidades e os riscos consequentes, tendo sido propostas medidas específicas que devem ser tomadas em consideração na implementação e gestão do plano.

Relativamente à criação de emprego, o PPPTC prevê a criação de vários postos de trabalho para diversas qualificações académicas, tendo um impacto não apenas no local, como também a nível municipal e regional. Estas oportunidades, a nível económico, traduzem-se também numa maior atratividade do Sabugal para negócios, visitação e habitabilidade, ao proporcionar melhores condições de recreio e lazer. As propostas do PPPTC não se destinam apenas a turistas (portugueses e estrangeiros), como também à população sabugalense.

É também de relevância a complementaridade entre os serviços atualmente existentes com as novas propostas introduzidas pelo PPPTC, que irão impulsionar mutuamente o volume de negócios trazido pelo balneário termal, hotel e novos serviços que o PPPTC irá trazer.

Através de uma gama abrangente de serviços, o PPPTC prevê proporcionar mais qualidade no turismo, com uma maior diversificação da oferta. No entanto, apesar dos francos impulsionar do turismo e recreio, esta área está em risco de perder as atividades ligadas à agricultura e pecuária, em parte responsáveis pela paisagem observada.

É clara a articulação das propostas do PPPTC com a envolvente, não apenas a nível funcional (pois esta área destina-se também ao usufruto da população do município e região), como física, através da criação de novos percursos e a sua articulação com rotas temáticas.

Relativamente a medidas de utilização de energias renováveis e a eficiência energética dos edifícios, o PPPTC prevê reforço do isolamento térmico dos edifícios propostos e existentes, assim como o recurso a energias renováveis (como aplicação de painéis solares e adoção de sistemas de captação de águas pluviais).

Assim, em geral, a implementação do PPPTC trará diversas oportunidades, no âmbito deste FCD, promovendo um franco desenvolvimento turístico, na medida em que irão ser criados diversos espaços, infraestruturas e equipamentos de apoio ao turismo e visitação.

Em associação, irá ocorrer um incremento a nível da oferta turística, de atividades de lazer, e de alojamento, que trará consigo um aumento nos visitantes e utilizadores (portugueses e estrangeiros), sendo também expectável um aumento no preço pago por cada cliente, que impulsionará os negócios tanto na área do PPPTC como na região.

No entanto, a nível de atividades económicas, prevê-se uma diminuição no sector primário, com a utilização das parcelas agrícolas com outros fins, sendo este o principal risco associado à implementação do plano. No entanto, este poderá ser atenuado com a adoção das medidas específicas indicadas.

No âmbito do **FCD 2 Biodiversidade e Paisagem** salientam-se os seguintes aspetos relativos à situação atual:

- Existem no local diversos valores naturais, no âmbito de hidrografia (2 linhas de água), geologia (1 aquífero hidromineral) e biologia (diversos habitats e espécies de fauna e flora), contemplando 45% charnecas, 17% carvalhais e 9,86% galerias ripícolas.

- Esta área possui um uso de solo diverso, compreendendo: Agricultura (cerca de 15,4%); Floresta (cerca de 41,1%); Vegetação natural (cerca de 33,4%); e Área em construção (10,1%).

- No âmbito da RN2000, existem na área do PPPTC 5 habitats naturais (sendo um prioritário), assim como a probabilidade de ocorrência de 2 espécies de mamíferos (uma delas prioritária), 1 espécie de répteis e 1 espécie de peixe.

- Está integrada em REN uma área de 10,04 hectares do PPPTC.

- Está integrada em RAN uma área de 9,39 hectares do PPPTC.

- As medidas de integração paisagística atualmente existentes referem-se à envolvente do balneário termal, onde foi realizado um tratamento do espaço público.

- Existe atualmente na área de intervenção um corredor ecológico (corredor azul) formado pela ribeira do Boi.

- Atualmente a cêrcea dos edifícios existentes é entre 3 e 18 metros. Quase todos os edifícios possuem 1 ou 2 Pisos acima da cota de soleira, com exceção do novo hotel (4 Pisos acima da cota de soleira e 1 piso abaixo da cota de soleira) e o balneário termal (3 Pisos acima da cota de soleira).

- Os materiais utilizados distinguem-se em: granito, betão armado, argamassa de cimento, chapa de zinco, argamassa em barro e saibro, argamassa em cal e saibro, e madeira (para os edifícios); e granito (lajes e cubo) e terra batida (para os caminhos).

- As tipologias de uso dos edifícios atualmente existentes são: serviços (termalismo) – 1 edifício; hotelaria – 1 edifício; e religioso – 1 edifício.

- Foi recentemente construído o edifício do Hotel Termal do Cró, destinado aos serviços – hotelaria.

- A área de implantação dos edifícios atualmente existentes é de 0,49 hectares.

- A percentagem de área de intervenção afeta à edificação é de 1,16%.

Foram também identificados os efeitos significativos, no caso de implementação do PPPTC. No que concerne a valores naturais (incluídos ou não na RN2000), perspetiva-se a sua diminuição devido às propostas constantes no PPPTC, tanto na área ocupada, percentagem, como no aumento da fragmentação de habitats e ocorrência de espécies. Porém, visto haver uma concentração de atividades, equipamentos e infraestruturas, este efeito será minimizado.

Prevê-se também que ocorram alterações a nível de uso do solo, nomeadamente com uma diminuição das áreas agrícolas e aumento das áreas dedicadas ao lazer.

Relativamente a REN e RAN, o PPPTC não prevê a construção ou impermeabilização destas áreas, pelo que promoverá a sua proteção e conservação.

Relativamente à proteção e conservação da paisagem, o PPPTC prevê medidas de integração paisagística a nível do impacto visual, com a introdução de áreas verdes e a utilização de vegetação autóctone, pelo que o carácter da paisagem irá, em parte, manter-se.

No que se refere à articulação do parque termal com as áreas protegidas na envolvente, verifica-se que um corredor ecológico (corredor azul) formado pela ribeira do Boi, cujas intervenções propostas no PPPTC, nomeadamente com uma valorização desta linha de água, irão promover uma maior conectividade com a envolvente, que contribuirá para a manutenção do *continuum naturale*.

O PPPTC prevê principalmente a recuperação das edificações atualmente existentes, estando prevista a construção dos seguintes: Extensão do Hotel Rural (Bungalows); Parque de campismo e caravanismo.

Propõe também a preservação das cérceas e coerência dos materiais, os quais devem ser sustentáveis de origem natural e local e com baixo valor de energia incorporada. No que se refere aos materiais utilizados, o PPPTC propõe os seguintes: betuminoso e cubo de granito (nos arruamentos), terra batida e/ou macadame (nos percursos), cubo de granito (nos arruamentos condicionados, áreas de praça informal e nos passeios), lajeado de granito (nas praças), madeira (nas pontes) e cubo e grelha de enrelvamento (no estacionamento) (nos Espaços Canais); e madeira (de freixo) e a pedra de granito (nos edifícios).

Relativamente à área de implantação, verifica-se que esta totalizará 6.159,12 m² (0,62 hectares), que corresponde a 1,46% da área total de intervenção. A área de construção para os edifícios a recuperar/construir corresponde a cerca de 3,05% da área do PPPTC.

Em síntese, para este FCD, a implementação do PPPTC terá como principal oportunidade promover uma gestão mais direta dos habitats e ecossistemas presentes, assim como dos valores naturais aqui encontrados. Porém, estas ações poderão acarretar riscos, particularmente no que se refere à perturbação de espécies, principalmente a nível da fauna existente. Embora ocorra perturbação destes sistemas e valores devido ao maior impacto da presença humana, assim como perda de algumas destas áreas para fins recreativos e turísticos, estes riscos poderão ser minimizados com o ordenamento da atividade turística, restringindo as atividades mais impactantes a zonas menos sensíveis.

No âmbito do **FCD 3 Recursos hídricos** salientam-se os seguintes aspetos relativos à situação atual:

- A água geotermal é uma água sulfúrea sódica de tipo bem acentuado (sulfúrea – alalina – fluoretada) com um pH na emergência elevado (8,38) e um teor de fluoreto muito superior ao normal. Possui indicações a nível de tratamento de doenças dermatológicas, reumáticas, respiratórias, digestivas e ginecológicas.

- A área do PPPTC possui um sistema de abastecimento de água, que se encontra inserido no Subsistema do Sabugal, assim como pela Estação de Tratamento de Água (ETA) do Sabugal, que, por sua vez, é alimentada pela estação de captação localizada na albufeira da Barragem do Sabugal. A ETA do Sabugal encontra-se dimensionada para uma população residente de 36.300 habitantes, tendo uma capacidade de produção de água potável de 17.00 m³/dia. A rede de abastecimento de água possui um comprimento total de 2.430 metros, integrando 8 marcos de incêndio.

- O sistema de drenagem de águas residuais constitui um sistema autónomo, suportado por uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) que funciona em exclusivo para a área do PPPTC. Apesar de se encontrar dimensionada para 1.100 habitantes, atualmente possui apenas um reservatório destinado a 550 habitantes-equivalentes. Verificam-se comprimentos de 456 e 221 metros lineares, respetivamente, para a rede doméstica e rede termal. É também de referência a existência de 124 metros de conduta elevatória, 100 metros de emissário de rejeição, uma ETAR, uma estação elevatória, uma

câmara de visita de águas residuais domésticas e nove câmaras de visita de águas residuais termais.

- O sistema de drenagem de águas pluviais possui um comprimento de 955 metros, integrando 35 câmaras de visita e 30 sumidouros.

Foram também identificados os efeitos significativos decorrentes da implementação do PPPTC, que prevê algumas alterações a nível dos sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas, com um pequeno aumento a nível das extensões das redes, assim como número de infraestruturas. Através da gestão mais ativa do espaço, irá ocorrer uma preservação da qualidade da água geotermal, que poderá ser usada de forma mais sustentável.

Deste modo, relativamente a oportunidades, a implementação do PPPTC irá promover um desenvolvimento das redes de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, assim como promover a conservação da qualidade da água e a sua utilização sustentável.

A nível de riscos, no que se refere aos recursos hídricos, considera-se que estes serão, em parte, mitigados com o desenvolvimento do PPPTC, com exceção dos impactos gerados a nível dos ecossistemas presentes e do decorrer dos processos ecológicos. Contudo, as alterações a nível de infraestruturas serão bastante pequenas, pelo que este impacto será baixo. Assim, relativamente a este FCD, considera-se que as oportunidades parecem ser bastante superiores aos riscos que possam surgir.

No âmbito do **FCD 4 Riscos** salientam-se os seguintes aspetos relativos à situação atual:

- Ocorreram incêndios na área do PPPTC nos períodos 1990-1999 (numa área de 40,22 hectares) e 2000 - 2008 (num área de 24,34 hectares).

- No PPPTC, a maior parte desta área possui um risco moderado, embora existam zonas de risco elevado; junto à capela, ocorrem áreas com risco muito elevado e próximo da ribeira do Bezerrinho é risco baixo e baixo-moderado.

- Na área do PPPTC, a REN ocupa uma área de 10,04 hectares, sendo que esta integra o leito do rio e as zonas ameaçadas pelas cheias. Assim, as Áreas ameaçadas por cheias integradas na Estrutura Ecológica Municipal correspondem aos 10,04 hectares de REN.

- Atualmente, não existem Efetivos (pessoas) em zona ameaçada pelas cheias na área de intervenção. A Área impermeabilizada em zonas com risco de cheia corresponde a cerca de 0,21 hectares de terreno, ou seja, 0,5% da área total do PPPTC.

- No que se refere a Ruído ambiental, segundo o relatório da ENARPUR (2015), as medições realizadas obtiveram valores representativos de níveis sonoros de Lden de 48 dB(A) e de Ln = 36 dB(A) em frente ao edifício das termas e de Lden = 47 dB(A) e de Ln = 35 dB(A) em frente ao Hotel. As principais fontes de ruído são o tráfego rodoviário e os ruídos naturais, particularmente o vento.

Foram também identificados os efeitos significativos que advêm da implementação do PPPTC. Relativamente a oportunidades, em geral, a implementação do PPPTC irá promover uma maior proteção e mitigação dos riscos apontados, ao permitir uma maior gestão da paisagem. Porém, considera-se que alguns riscos serão mitigados com o desenvolvimento do PPPTC. O plano irá permitir uma preservação de alguns dos usos existentes, complementando-os com as atividades de lazer e turismo; deste modo, serão definidas regras e medidas específicas que irão de encontro aos objetivos de mitigação de riscos.

No que concerne ao risco de incêndio, a implementação do PPPTC irá ter dois grandes benefícios: em primeiro lugar, contribuir para uma melhor gestão e manutenção desta área, refletindo-se numa diminuição do risco de incêndio; em segundo lugar, por permitir uma maior presença e utilização humana, irá contribuir para uma maior vigilância do espaço, diminuindo o risco de fogo posto e permitindo uma atuação mais rápida em caso de deflagração.

Relativamente a risco de cheias, verifica-se que não existem pessoas a habitar nas zonas suscetíveis a este risco nem são propostas construções ou impermeabilizações nestas áreas, pelo que as intervenções propostas não irão aumentar ou diminuir este risco.

Relativamente ao ruído ambiental, existem poucos riscos e oportunidades associados à implementação do PPPTC, que passarão por um aumento do movimento rodoviário, nomeadamente na área de estacionamento e no acesso à área de intervenção, assim como um incremento na circulação de pessoas na realização de diversas atividades. No entanto, o aumento de ruído não parece ser significativo.

V. Avaliação global

Com base na análise dos FCD, foram identificados os principais riscos e oportunidades que advêm da ausência ou da implementação do PPPTC, correspondendo, respetivamente aos cenários 0 e 1.

Na falta de concretização do PPPTC (cenário 0) não existem riscos associados, sendo que, na maioria dos indicadores de avaliação, a situação tende a manter-se, sem riscos ou oportunidades envolvidos.

Quando se analisa o cenário 1 (resultante da concretização do PPPTC), verifica-se que a maioria dos riscos identificados possuem um grau baixo, não tendo sido encontrados riscos muito elevados para os quatro FCD analisados.

Os riscos identificados de grau médio estão relacionados com o FCD Biodiversidade e Paisagem, nomeadamente devido aos possíveis impactes nos habitats e espécies presentes, assim como alterações a nível do uso do solo, com a perda dos terrenos agrícolas, em parte responsáveis pelo carácter de paisagem observado.

Para todos os FCD foram identificados riscos de grau baixo para o cenário 1, encontrando-se relacionados com: os possíveis impactes visuais, a diminuição do número de atividades económicas (resultantes da possibilidade de desaparecimento da atividade agrícola e pecuária), a perda de biodiversidade e a modificação do carácter da paisagem, assim como o risco do nível de ruído aumentar ligeiramente, devido ao aumento da utilização humana do espaço.

Para todos os FCD foram encontradas oportunidades, embora para os Recursos hídricos e Riscos, estas apenas tenham sido identificadas com a implementação do PPPTC. Relativamente ao FCD Desenvolvimento turístico, verifica-se que para o cenário 0, foram identificadas 6 oportunidades de grau baixo, principalmente relacionadas com o aumento de clientes (portugueses e estrangeiros), assim como o preço pago, volume de negócios gerado e nível de satisfação dos clientes, espectáveis devido à abertura recente do Hotel Rural do Cró. Ainda relativamente a este FCD, mas para o cenário 1, foram identificadas 2 oportunidades de grau elevado, 8 oportunidades de grau médio e 3 oportunidades de grau baixo.

As oportunidades de grau elevado encontram-se relacionadas principalmente com a promoção de um turismo de maior qualidade (com mais atividades, serviços e equipamentos

de apoio), que se destinam não apenas a turistas como também ao usufruto da população local.

As oportunidades de grau médio, para este FCD prendem-se sobretudo com as melhorias trazidas com a implementação do PPPTC, tanto para o próprio local, como para o município e região, com uma forte aposta no turismo, visitação e recreio, assim como na saúde e formação. Têm também em conta a diversificação da oferta turística e serviços e atividades associados, tendo este local um grande potencial para o seu desenvolvimento.

Relativamente a oportunidades de grau baixo, contam-se as relacionadas com a promoção da articulação com a envolvente, nomeadamente através dos caminhos criados e rotas existentes.

No que se refere ao FCD Biodiversidade e Paisagem, foram identificadas 3 oportunidades de grau baixo para o cenário 0, nomeadamente devido à regeneração natural das áreas naturais, preservação dos habitats e espécies de fauna e flora, assim como a conservação do mosaico de paisagem existente.

Já para o cenário 1, foram identificadas 1 oportunidade de grau elevado, 3 oportunidades de grau médio e 5 oportunidades de grau baixo. A oportunidade de grau elevado consiste na oportunidade de recriação dos elementos de património cultural, recuperando um carácter que a paisagem possuiu.

As oportunidades de grau médio encontram-se relacionadas com o possível impacto na promoção dos habitats e ecossistemas presentes e corredores ecológicos (através de uma gestão mais ativa), sendo também uma oportunidade de promoção da economia local de forma mais sustentável.

As oportunidades de grau baixo relacionam-se com a valorização da área, em termos económicos, ecológicos, visuais e identitários.

Para os FCD Recursos hídricos e Riscos, não foram identificadas oportunidades para o cenário 0. Quanto ao cenário 1, para os dois FCD, foram identificadas 2 oportunidades (1 de grau médio e 1 de grau baixo).

No caso do FCD Recursos hídricos, a oportunidade de grau médio relaciona-se com a gestão sustentável do recurso água, enquanto a oportunidade de grau baixo consiste na promoção da conservação da qualidade da água.

Para o FCD Riscos, a oportunidade de grau médio relaciona-se com a diminuição do risco de incêndio, enquanto a oportunidade de grau baixo tem a ver com a vigilância indireta, fruto de uma maior utilização desta área.

Em síntese, para o cenário 0, existem apenas oportunidades associadas, sendo estas de grau baixo, correspondendo aos FCD Desenvolvimento turístico e Biodiversidade e Paisagem.

Para o cenário 1, existem riscos e oportunidades associadas, sendo respetivamente em número de 12 e 26, ou seja, as oportunidades são bastante superiores aos riscos advindos com a implementação do PPPTC. Os riscos são principalmente de grau baixo (7), existindo também 5 riscos de grau médio. As oportunidades encontram-se englobadas nos três graus, sendo em número de 3, 13 e 10, respetivamente para os graus elevado, médio e baixo.

VI. Quadro de governança para a ação

O quadro de governança engloba o conjunto de políticas, funções, responsabilidades e processos que as entidades públicas e privadas, assim como a sociedade civil devem assegurar, de modo a que as estratégias de implementação do PPPTC sejam implementadas de forma efetiva.

Deste modo, é aqui apresentado, o quadro de governança direcionado para a ação, sendo este um indicador das ações específicas de cada entidade com responsabilidades no território abrangido pelo PPPTC. Estas ações passam pela maximização das estratégias contidas no PPPTC, visando um melhor desempenho deste, reconhecendo os riscos e oportunidades advindos da sua implementação, e tendo em conta as medidas específicas apresentadas.

Quadro 5: Quadro de governança para a ação

Fonte: Cotefis, Gestão de Projectos, S.A., 2015

Entidade	Ações
Câmara Municipal do Sabugal	Desenvolver, fomentar e apoiar processos de participação pública.
	Garantir a execução do PPPTC de uma forma integrada.
	Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação do ambiente e assegurar a sua monitorização.
	Monitorizar o ambiente sonoro do PPTC.
	Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PPPTC decorram de forma sustentável.
	Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego.
	Promover ações de formação e valorização profissional.
	Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.
Solicitação de pareceres em conformidade com a legislação em vigor.	

Agência Portuguesa do Ambiente/ARH do Norte	Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água.
	Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)	Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de Planos de Gestão e Planos de Ação com vista à conservação das espécies e habitats naturais presentes no SIC Rio Malcata.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de Planos de Gestão e Planos de Ação com vista à conservação das espécies e habitats naturais presentes no SIC Rio Malcata.
	Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água, dos recursos hídricos e da qualidade do ar.
	Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
	Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Administração Regional de Saúde do Centro – Unidade Local de Saúde da Guarda	Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)	Manter atualizadas as informações sobre planos de emergência.
	Contribuir para o respeito pelas normas de segurança e para a criação de mecanismos de prevenção de riscos e de gestão de cenários de emergência.
Direção Geral de Energia e Geologia	Disponibilizar toda a informação relevante relacionada com o aquífero hidromineral das Caldas do Cró.
População em geral	Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.
	Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública.

VI. Recomendações

Na sequência do diagnóstico realizado, assim como a matriz de riscos e oportunidades identificados (na ausência e com a implementação do PPPTC), o Relatório Ambiental propõe um conjunto de recomendações para o planeamento e gestão. Estas recomendações visam a minimização dos riscos e potenciais efeitos negativos associados à implementação do PPPTC, ao mesmo tempo que pretendem potenciar as oportunidades de desenvolvimento sustentável identificadas. As recomendações elencadas no Relatório Ambiental encontram-se organizadas por FCD.

Para o FCD Desenvolvimento turístico, as recomendações relacionam-se com a prioridade que deverá ser dada a nível de emprego e produtores; a adoção de medidas de minimização de impacte na paisagem; o estabelecimento de protocolos com agricultores; medidas relacionadas com a criação e utilização de caminhos e acessos; a utilização de energias renováveis; e a realização de inquéritos de satisfação.

Para o FCD Biodiversidade e Paisagem, as recomendações relacionam-se com as medidas de gestão para proteção dos habitats naturais, espécies de fauna e flora da Rede Natura 2000, assim como a proteção a outros valores naturais existentes; o ordenamento da atividade turística; a manutenção do mosaico de paisagem; a utilização de espécies autóctones assim como a adoção de práticas que visem a continuidade dos processos ecológicos; a definição dos materiais e técnicas a utilizar; e a preservação do património cultural.

Para o FCD Recursos hídricos, as recomendações relacionam-se com a localização das infraestruturas; o desenvolvimento de soluções a nível de drenagem; a aferição das necessidades hídricas e meios de abastecimento de água; e a gestão de águas residuais e pluviais produzidas.

Para o FCD Riscos, as recomendações relacionam-se com medidas de mitigação do ruído; a articulação com o PMDFCI do Sabugal; a regulamentação e avaliação dos níveis sonoros; e a promoção de ações de sensibilização.

Foi também desenvolvido um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, que possibilitam uma adequada monitorização dos efeitos ambientais e socioeconómicos decorrentes da implementação do PPPTC. Estes são:

- Empregos criados (Número);
- Empregos atribuídos a trabalhadores locais (Percentagem);
- Empregos criados por qualificação académica (Número);
- Fornecedores de bens e serviços sediados na região (Número);
- Oferta de Alojamento (Número de camas);
- Ocupação Hoteleira (Percentagem);
- Volume de Negócios (€/ano);
- Clientes por nacionalidade (Número);
- Preço médio por cliente (€/ano);
- Turistas (Número/ano);
- Tipo de alojamento (Número/tipologia);
- Atividades económicas (Número);
- Satisfação dos clientes (Percentagem);
- Atividades de lazer para usufruto da população local (Número);
- Percursos pedestres criados (Metros);
- Rotas temáticas (Número);
- Medidas previstas para melhorar a eficiência energética das construções a recuperar/a construir (Número);
- Medidas previstas que privilegiem a utilização de energias renováveis (Número);
- Valores naturais presentes (não incluídos em RN2000) (Número e percentagem);
- Espécies autóctones existentes (Número e percentagem);
- Espécies exóticas e infestantes existentes (Número e percentagem);
- Ações de regeneração natural e recuperação das galerias ripícolas (Número);
- Circuitos de observação e interpretação da natureza criados (Número);
- Uso do solo (Percentagem);
- Habitats e espécies de flora e fauna da RN2000 afetados / preservados (Número);
- Índices de construção propostos (Número);

- Área de REN (Hectares);
- Área de RAN (Hectares);
- Medidas de integração paisagística (Número);
- Ligações ecológicas com a envolvente (Número e tipologias);
- Cércea (Altura);
- Materiais utilizados (Tipo);
- Reabilitação/ recuperação de edifícios (Número/ tipologia de uso);
- Novas construções (Número/ tipologia de uso);
- Área de implantação do(s) edifício(s) (Hectares);
- Área de intervenção afeta à construção (Percentagem);
- Qualidade da água geotermal (mg/l);
- Necessidades hídricas (hm³/ano);
- Redes de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais (Metros);
- Medidas de armazenamento e utilização de águas pluviais (Número);
- Áreas percorridas por incêndios (Hectares);
- Áreas de risco de incêndio elevado e muito elevado (Hectares);
- Ações de sensibilização relativas à preservação e proteção do espaço florestal (Número);
- Área de Reserva Ecológica Municipal (Hectares);
- Áreas ameaçadas por cheias integradas na Estrutura Ecológica Municipal (Hectares);
- Efetivos (pessoas) em zona ameaçada pelas cheias (Número);
- Área impermeabilizada em zonas com risco de cheia (Hectares);
- Nível de ruído (Lden e Ln) (DB (A));
- Medidas de mitigação do ruído (Número).

VII. Principais conclusões

Este documento constitui o Resumo Não Técnico que acompanha o Relatório Ambiental pertencente ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Pormenor do Parque Termal do Cró (PPPTC), promovido pela Câmara Municipal do Sabugal.

O Relatório Ambiental teve como objetivo identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes da aplicação do plano (PPPTC) e as suas alternativas razoáveis.

O PPPTC possui uma área de 42,13 hectares, localizando-se a cerca de 15 km do centro do Sabugal, entre as freguesias da Rapoula do Côa e da União de freguesias do Seixo do Côa e Vale Longo. Este plano visa a criação de uma nova centralidade turística, que compreenda um espaço de lazer e bem-estar, associado à saúde física e psíquica, destinada a um público diversificado, com ênfase no conceito de família.

Com base nas propostas do PPPTC, foram analisados dois cenários de desenvolvimento alternativos:

- cenário 0 (correspondendo à evolução da situação atual na ausência do PPPTC); e
- cenário 1 (correspondendo à aprovação e implementação do PPPTC).

Neste sentido, o Relatório Ambiental focou-se na análise dos FCD e dos critérios de sustentabilidade (objetivos ambientais) considerados importantes. Os FCD considerados foram: FCD 1: Desenvolvimento turístico; FCD 2: Biodiversidade e Paisagem; FCD 3: Recursos hídricos; e FCD 4: Riscos.

A análise de riscos e oportunidades conduz a uma avaliação global favorável relativamente à aprovação e concretização do plano de Pormenor do Parque Termal do Cró. Este cenário apresenta um conjunto de oportunidades (para todos os FCD) bastante superiores tanto em número como efeito aos riscos associados, sendo que estes podem, em parte, ser mitigados através das medidas específicas definidas no Relatório Ambiental.

Assim, da comparação entre os cenários 0 e 1, conclui-se que o cenário 1, ou seja, a aprovação e implementação do PPPTC contribui de forma significativa para a concretização dos objetivos ambientais relevantes, definidos no âmbito desta AAE.